

que p 11

Brasileiros e brasileiras

5 OUT 1988

Ricardo Noblat



A nova Constituição, a ser promulgada hoje à tarde, resgata direitos dos cidadãos subtraídos pelo Estado autoritário de 1964 e incorpora direitos sugeridos ao longo do processo de aperfeiçoamento democrático dos países mais civilizados. É uma Constituição grávida, notavelmente grávida de cidadania política — que, só para tratar dos direitos individuais e coletivos, oferece quase 80 dispositivos.

São mais de 40 os dispositivos que detalham os chamados direitos sociais e perto de 30 os que especificam os direitos políticos. De uma ponta a outra, com seus mais de 300 artigos, a sétima Constituição da história do país é generosa em assegurar o que pode e o que não pode ser assegurado aos cidadãos. Faltam, infelizmente, cidadãos para tantos direitos — e a culpa, no caso, não cabe à Constituição.

Cabe às elites da sociedade, que não se ocuparam, devidamente, até hoje, em construir um país de cidadãos. Em grau menor, a culpa cabe, também, ao que se convencionou chamar de povo — limitado em seu poder de reivindicação pela miséria que anestesia a consciência, mas ainda assim menos ativo do que poderia ser. Complacente, acomodado e fatalista, à espera do messias que o redima.

Não pode ser apontado como país onde os cidadãos usufruem ou podem usufruir dos seus direitos, um lugar onde 80 em cada mil crianças nascidas vivas morrem até os cinco anos de idade. No Nordeste, a relação se altera para 110 em mil. O Brasil ocupa hoje, segundo a Unicef, a 13ª posição no placar mundial da mortalidade infantil que deriva da subnutrição. É o 94º no consumo de calorias por habitante.

Que direitos têm os cidadãos de um país onde 35% das famílias, segundo estudos do professor Hélio Jaguaribe, exibem uma renda *per capita* de até meio salário mínimo? Do total das pessoas que trabalham, 65% recebem, mensalmente, um ou menos de um salário mínimo — e só 1,4% delas ganha mais de 10 salários mínimos. São crianças, de menos de 14 anos, 54% do total de pessoas que vivem no país em estado de miséria.

O índice de analfabetismo decresceu — mas ele ainda é de 22% do total de brasileiros e de 47% dos brasileiros que

moram no Nordeste. O IBGE comemorou, há pouco tempo, a descoberta de que as brasileiras estão reduzindo o número de filhos que se dispõem a ter. As ricas têm, hoje, uma média de 2,5 filhos. As pobres, contudo, têm 7,3 filhos — uma média superior a que se registra no continente africano.

De 1981 para cá, a economia do país rico de direitos e pobre de cidadãos, atravessa um período de estagnação. Em média, nos últimos sete anos, o país cresceu à taxa de 2,8% — uma taxa apenas, levemente, mais alta do que o índice de crescimento da população. Estamos quase parados. Pelos cálculos do atual governo, o crescimento do PIB em 1988 deverá ser igual a zero. Em compensação, a inflação baterá a casa dos mais de 800%.

O desempenho industrial do país, que foi, praticamente, igual a zero no ano passado, não alcançou a média de 1,5% nos últimos sete anos. Foi de 25% do PIB a taxa de investimento industrial na década de 70 — no ano passado, ela passou um pouco de 16%. Um relatório, recente, do Banco Mundial, constatou que não são os mais pobres os beneficiados pelos gastos públicos — são os que têm maior poder aquisitivo.

É compreensível, portanto, mas por isso mesmo é também muito grave, que uma pesquisa de uma empresa sediada em São Paulo tenha detectado, há pouco, que só 5% dos cidadãos confiam nos políticos, não mais que 7% confiam no governo e não mais que 13% acreditam na eficiência dos serviços públicos. Os brasileiros e as brasileiras, de acordo com a pesquisa, não guardam boa impressão nem deles mesmos.

A Constituição que o deputado Ulysses Guimarães erguerá, hoje à tarde, em sinal de triunfo, só deixará de ser apenas um documento repleto de boas intenções quando começar a ser construído o país para o qual ela foi concebida. A Constituinte está dissolvida e a Constituição, pronta. O resto está por se fazer.

Paz à vista — O presidente José Sarney recuou da posição de tomar para órgãos oficiais todas as benfeitorias e instalações do governo que há na ilha de Fernando de Noronha. Está em curso um acordo para que a ilha seja entregue a Pernambuco com tudo que tem hoje.

Boa estrela — Gorbachov não iria receber o presidente José Sarney em sua visita a Moscou. O Itamarati planejava estender a permanência do presidente na França para compensar o desencontro que haveria na União Soviética. A promoção de Gorbachov a presidente do seu país o levará a receber Sarney. A boa estrela é do presidente brasileiro.